

o cargo de Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos ficará vago a 30 de setembro de 2017;

Considerando que se impõe a designação em regime de substituição para o exercício desse cargo de direção intermédia de 2.º grau, cuja unidade orgânica está prevista no Despacho n.º 12866/2008, de 1 de abril de 2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio de 2008;

Designo, em regime de substituição, com efeitos ao dia 1 de outubro de 2017, a Senhora Dr.ª Inês Mendes Leal Rodrigues, Técnica Superior do Mapa de Pessoal do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P., para o exercício do cargo de Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos.

25 de setembro de 2017. — O Presidente da CCDR Norte, *Fernando Freire de Sousa*.

310849735

#### Despacho (extrato) n.º 9321/2017

Considerando que nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua versão atualizada, o cargo de Chefe de Divisão da Estrutura Sub-Regional de Braga ficará vago a 30 de setembro de 2017;

Considerando que se impõe a designação em regime de substituição para o exercício desse cargo de direção intermédia de 2.º grau, cuja unidade orgânica está prevista no Despacho n.º 12866/2008, de 1 de abril de 2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio de 2008;

Designo, em regime de substituição, com efeitos ao dia 1 de outubro de 2017, a Senhora Dr.ª Irene Maria de Oliveira Fontes, Técnica Superior do Mapa de Pessoal do Município de Cabeceiras de Basto, para o exercício do cargo de Chefe de Divisão da Estrutura Sub-Regional de Braga.

29 de setembro de 2017. — O Presidente da CCDR Norte, *Fernando Freire de Sousa*.

310849695

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Aviso n.º 12650/2017

Por despacho de 4 de outubro de 2017 do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, é constituída a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, sendo presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.  
 Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha.  
 Câmara Municipal de Tomar.  
 Câmara Municipal de Chamusca.  
 Câmara Municipal de Golegã.  
 Câmara Municipal de Entroncamento.  
 Câmara Municipal de Torres Novas.  
 Câmara Municipal de Constância.  
 Câmara Municipal de Abrantes.  
 Autoridade Nacional de Proteção Civil.  
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.  
 APA — Agência Portuguesa do Ambiente.  
 IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação IP.  
 Turismo de Portugal, IP.  
 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.  
 Infraestruturas de Portugal, S. A.  
 Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.  
 Direção Geral do Património Cultural.  
 Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional.

O presente despacho revoga o de 20 de agosto de 2009, publicado pelo Aviso (extrato) n.º 15383/2009, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170 a 2 de setembro de 2009.

6 de outubro de 2017. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

310845806

## PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AMBIENTE E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinetes do Secretário de Estado das Infraestruturas, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

#### Despacho n.º 9322/2017

Por a omissão da publicação da planta anexa ao Despacho n.º 8522/2017 constituir um motivo inviabilizador da regularidade do ato, determina-se a anulação do Despacho n.º 8522/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2017, procedendo-se à sua publicação autónoma e integral e atribuindo-se-lhe numeração própria.

13 de outubro de 2017. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Pisoeiro de Freitas*.

310847256

#### Despacho n.º 9323/2017

Os graves prejuízos para o ambiente e para a economia nacional decorrentes do elevado número de incêndios que ao longo dos anos têm deflagrado em terrenos com povoamentos florestais e o facto de frequentemente tais ocorrências se encontrarem ligadas à posterior ocupação dessas áreas para fins urbanísticos e de construção, justificou que, por meio do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, alterado pela Lei n.º 54/91, de 8 de agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 34/99, de 5 de fevereiro, e 55/2007, de 12 de março, se viesse a estabelecer, pelo prazo de 10 anos a contar da data do incêndio, a proibição de, nesses terrenos, ser realizado um conjunto de ações, nomeadamente obras de construção e, quando não abrangidos por planos municipais de ordenamento do território, a proibição de realizar operações de loteamento, obras de urbanização e obras de reconstrução ou de ampliação de edificações existentes.

O referido diploma prevê, contudo, que possam ser levantadas as referidas proibições a requerimento dos interessados ou da respetiva câmara municipal, pelo que a REN — Rede Elétrica Nacional, S. A. (REN), veio requerer, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, o reconhecimento como ação de interesse público da construção da Linha Valpaços-Vila Pouca de Aguiar a 220 kV (400 kV).

Considerando que o projeto em causa se desenvolve no contexto da remodelação e expansão da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT), de que a REN é a concessionária em regime de serviço público;

Considerando que as bases da concessão da RNT constam do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro;

Considerando que a referida concessão tem por objeto a gestão técnica global do Sistema Elétrico Nacional (SEN), o transporte de eletricidade e o planeamento, a construção e manutenção de todas as infraestruturas que integram a RNT e constitui obrigação da concessionária a conceção e a elaboração dos projetos relativos à remodelação e expansão da RNT;

Considerando que o presente despacho não isenta a REN do cumprimento dos demais regimes legais e regulamentares aplicáveis;

Considerando, por último, que os incêndios ocorridos entre 2009 e 2011, que atingiram áreas com povoamento florestal por onde passará parte do traçado da Linha de Valpaços-Vila Pouca de Aguiar a 220 kV (400 kV), se ficaram a dever a causas a que os interessados são alheios, conforme declarações emitidas pelo Destacamento Territorial de Vila Real da Guarda Nacional Republicana;

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, alterado pela Lei n.º 54/91, de 8 de